

Esperanças e apreensões

Josaphat Marinho

Todo começo de ano novo sugere votos de bem-estar e apelos a mudanças necessárias. Se as circunstâncias variam, não justificam pessimismo, mesmo diante de dificuldades agudas. A vida dos povos desdobra-se sempre entre alegrias e anseios, vitórias e reivindicações ou angústias. Não há felicidade plena e geral na existência das grandes coletividades. Nas sociedades complexas sobretudo, divididas em classes ou grupos, sob a influência preponderante do fator econômico, há os que vivem em conforto e os que refletem sofrimentos. Essa heterogeneidade, constante e crescente, retrata as desigualdades e nutre os conflitos, que separam os seres humanos. É a verdade histórica e social, triste mas inegável. Tolstói a definiu em Ana Karenina, considerando que todos os gêneros de felicidade se assemelham, porém cada infortúnio tem seu caráter particular.

No alvorecer de 1996, em todo o mundo, marcado por dissensões e injustiças, hão de manifestar-se esperanças e clamores. Entre os que podem e mandam e os que obedecem, ou devem obedecer, se não há ódio, correm anseios de renovações e de menos discriminações. Multiplicam-se os reclamos por equidade. Os resultados das eleições mais recentes na Europa, nos países conservadores como Portugal, ou em outros que renascem da queda dos regimes comunistas, a tendência é de retomada da consciência democrática, aliada à justiça social. Repele-se o liberalismo de concessões excessivas ao poder econômico privado. As longas greves, que há poucos dias paralisaram a economia e serviços importantes na França, indicam a resistência de assalariados de diversos matizes à política de enfraquecimento do Estado como força de equilíbrio na questão social.



Não se trata de restaurar instituições totalitárias. O povo quer afirmar regimes de valorização do indivíduo e do trabalho humano, em conciliação com o capital e o poder político. Os obstáculos a essa determinação não devem criar desânimo. A decisão dos povos de aperfeiçoar sua convivência é maior que o propósito dos grupos privilegiados de manter distâncias sociais. Vencer o preconceito ou a mesquinhez é problema de tempo e de circunstâncias. Distribuir justiça, no tocante a seus serviços, e ser mediador inteligente e enérgico, nas lutas entre o capital e o trabalho, é função do Estado, acima de particularismo filosóficos. Se a livre negociação deve ser ampliada, não afasta a vigilância e a presença do Estado no sistema capitalista, dadas as desigualdades que caracterizam a relação de emprego. O sonho do interesse, ou do pensamento abstrato, não esconde a dureza da realidade.

Como os habitantes dos demais países, os brasileiros de todas as situações, ideologias e crenças revelam, nesta hora de transição, um sopro de confiança tanto quanto aspirações diferenciadas. Não podem ter os mesmos anseios os que vivem padrões econômicos, sociais e culturais diversificados. Todos, porém, têm ambições legítimas, em contraste

com outras. Sem dúvida, e a generalidade das pessoas aprova o real e louva o freio à inflação. A estabilidade da moeda e a redução dos aumentos contínuos de preços geraram certa tranquilidade. Sobrevieram, entretanto, outros fatores de insegurança e mal-estar: juros abusivos, diminuição de atividades, como a do setor imobiliário, desemprego crescente. Prolongam-se os conflitos no campo, sem planejamento indicado de solução eficaz. A questão universitária permanece à espera do equacionamento devido. As reformas consti-

tucionais promulgadas, não complementadas por falta de proposta das leis necessárias, ainda não indicam seus anunciados efeitos. A política de recursos para os serviços de saúde continua na indecisão. A agricultura e seu financiamento, como o do cacau, são tratados em passo lento. A globalização da economia, em que tanto se tem baseado o governo brasileiro, sofre críticas de observadores idôneos e começa a provocar medo noutros países. É apreciável, a esse respeito, comentário recente do embaixador Rubens Ricupero. Refletindo o temor e a apreensão que colheu na França, o diplomata indaga se as greves, agora ali ocorridas, não teriam sido a "primeira revolta" contra a globalização.

De tudo ressalta que há margem de confiança e outra de dúvida e inquietação. O povo aguarda ação administrativa geradora de efetiva mudança social. A visão do pobre não deve ser só a pobreza, nem a do rico, a fortuna. A sociedade, em maioria desprotegida, requer uma visão de equilíbrio e justiça. Enquanto não se opera a mudança, e como a tolerância não pode ser medida, cumpre não confundir-se inquietação com esperança.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia